

## RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE 2020 RESUMO EXECUTIVO

A pandemia do Covid-19 revelou a escala e as consequências da exclusão digital e destacou a necessidade urgente de encontrar soluções para a desigualdade digital.

Os governos estão sendo forçados a reavaliar as prioridades e a encontrar soluções inovadoras para uma série de desafios nas áreas de saúde, emprego, educação e resiliência econômica. Considerando que a Internet e a tecnologia digital irão desempenhar um papel cada vez mais importante no nosso mundo, os governos devem desenvolver políticas para fornecer conectividade acessível e significativa para todos.

O Relatório de Acessibilidade de 2020 analisa a evolução das políticas para reduzir o custo do acesso à Internet em 72 países, e ressalta a importância dos planos Nacionais de Banda Larga (PNBLs) que sejam eficazes no fornecimento de condições para que os preços da Internet diminuam.



## Progresso na política e preços em queda

Os dados sobre políticas e preços evidenciam tendências na direção certa. Nos últimos cinco anos, a banda larga móvel tornou-se mais acessível e as pontuações do Índice de Impulsionadores de Acessibilidade (ADI - Affordability Drivers Index) aumentaram na maioria dos países em todas as três regiões analisadas - África, América Latina e Caribe e região da Ásia-Pacífico - sinalizando uma melhoria nas políticas de banda larga.



**As políticas de banda larga continuam a melhorar.** A pontuação média do ADI nos países analisados aumentou 13,6 pontos, de 42 para 55,6 desde 2014, com melhorias mais notáveis em países de baixo rendimento.



**É na África que se veem os maiores avanços nas políticas.** Embora a África continue a ser a região com a pontuação média mais baixa no ADI, observou-se uma melhoria mais rápida (6,7% desde 2019), com os países melhorando o seu planejamento, efetuando uma melhor gestão do espectro e com programas de apoio para reduzir a lacuna de gênero digital.



**Os preços da banda larga móvel caíram** consistentemente entre os países incluídos no ADI, com a diminuição do custo médio de 1 GB de dados mais da metade desde 2015, de 7,0% para 3,1% da renda média mensal.

Embora a queda dos preços possa ser explicada, em parte, por melhorias tecnológicas e outras eficiências, uma política governamental forte é a chave para reduzir custos e garantir que o acesso à Internet seja acessível a todos.



**A região Ásia-Pacífico é líder no desenvolvimento de estratégias de banda larga.** A nível regional, os países da Ásia-Pacífico têm as maiores pontuações médias no ADI relacionadas às políticas de estratégia de banda larga e acesso público à Internet. Além disso, os consumidores pagam preços relativamente mais baixos: menos de 1,5% da renda média mensal por 1 GB de banda larga móvel.



**Em Ruanda,** cujo plano nacional de banda larga nacional é eficaz, o valor de de 1GB de dados caiu para menos de um quinto do preço de 2015, de 20,2% para 3,39% da renda média mensal. O país progrediu mais rápido do que os seus vizinhos da África Oriental, que têm planos de banda larga menos robustos.



Os três países que lideram o índice deste ano - **Malásia, Colômbia e Costa Rica** - destacam-se todos com as três pontuações mais altas no que se refere a seus planos nacionais de banda larga. Todos eles cumprem a meta de acessibilidade "1 por 2" das Organização das Nações Unidas (ONU), que corresponde ao gasto máximo de 2% da renda média mensal por 1GB de dados.

## O desafio de alcançar o acesso universal à Internet

Embora a tendência geral seja encorajadora, o progresso na redução de preços permanece muito lento, especialmente porque a pandemia do Covid-19 mostrou que o acesso à Internet não é um luxo, mas uma verdadeira tábua de salvação. Apesar dos avanços relacionados às políticas públicas, ademais, as diferenças nacionais persistem, impondo sérios desafios ao acesso universal.

**Mais de um bilhão de pessoas vivem nos 57 países da nossa pesquisa que ainda não atingiram a meta de acessibilidade “1 por 2” da ONU.** 1 GB é o mínimo necessário para que alguém use a Internet de forma eficaz. No entanto, o elevado preço pago pela conectividade faz com que que bilhões de pessoas estejam a perder até mesmo essa volume de dados básico. Quase metade da população mundial permanece sem acesso à Internet e muitos outros não têm conectividade significativa que lhe permitiria ter acesso à educação online, ao trabalho remoto ou aos serviços de telessaúde.

Os governos devem agir para reduzir o custo do acesso à Internet, o que exigirá grandes montantes de investimento: a análise da A4AI concluiu que são necessários **USD\$ 428 bilhões adicionais de financiamento**, nos próximos 10 anos, para conectar todos a uma banda larga de qualidade até 2030. Para ter sucesso, no entanto, esse financiamento deverá de ser combinado com políticas eficazes, um planejamento forte e uma implementação efetiva. Tal esforço inclui investimentos urgentes em habilidades digitais, desenvolvimento de conteúdos e fortalecimento de estruturas políticas que possam apoiar o acesso a uma conectividade significativa. Os governos precisam de planos nacionais de banda larga robustos para conseguir atingir este objetivo.

## Por que planos nacionais de banda larga (PNBLs)?

Os planos nacionais de banda larga são necessários para que se alcance a redução de preços e para que o crescimento seja inclusivo. Com metas claras, eles fornecem um roteiro acordado pelos diferentes atores envolvidos e criam responsabilidades para o progresso seja contínuo.

O ADI avalia se os países têm um plano nacional de banda larga e avalia se tais planos definem metas claras e com prazo determinado em relação à acessibilidade da Internet.



A maioria dos países (90% dos estudados) possui algum tipo de PNBL. No entanto, a qualidade desses planos varia consideravelmente.



Apenas dois terços dos planos analisados foram elaborados após consultas públicas. Os planos elaborados com o apoio de consultas públicas, tiveram maiores metas e em sua maioria atingiram pontuações mais altas no ADI e em suas estratégia geral de banda larga.



52 países (80% dos planos) definiram ao menos uma meta relacionada à cobertura 4G, acesso fixo, acesso rural, custos de dispositivos ou preços da Internet.

## Como os planos nacionais de banda

## larga tornam a Internet mais acessível

### Fazendo com que os investimentos públicos sejam mais eficazes

Os países com planos nacionais de banda larga bem desenvolvidos tendem a obter uma pontuação mais alta no ADI uma vez que têm estratégias de investimento público claramente definidas e direcionadas, apoiando assim o crescimento digital inclusivo e reduzindo custos.

### Encorajando investimentos do setor privado

Os planos nacionais de banda larga fazem com que o setor privado possa confiar no seu planejamento de longo prazo, e investir em melhor cobertura e acessibilidade. Os processos abertos de formulação de políticas fornecem estabilidade para o crescimento de mercados dinâmicos e competitivos.

### Criando novas parcerias e fontes de responsabilidade

As práticas inclusivas para a elaboração de planos nacionais de banda larga têm uma influência positiva na eficácia desses planos. Tais práticas reúnem partes interessadas em variados os setores para alinhar interesses e expectativas, e construir confiança.



# Os governos podem reduzir os custos de conectividade com um melhor planejamento de políticas de banda larga

Com base em evidências de arcabouços político-regulatórios de banda larga em 72 países de baixa e média renda, este relatório recomenda três ações de alto nível para um melhor planejamento da banda larga:

1

**Consultas públicas:** os planos de banda larga devem incluir contribuições de um conjunto diversificado e representativo de participantes do setor privado, do setor público e da sociedade civil.

Isso é crucial para sopesar todos os interesses; identificar problemas e soluções de mercado; e compreender os possíveis impactos em diferentes grupos e indivíduos. Com o tempo, tal colaboração facilita a construção da confiança; e promove a eficiência no setor e incentiva a cooperação.

2

**Objetivos claros:** Um plano deve ter metas que abordem as lacunas mais críticas de um país, assim como medidas claras e atreladas a prazos. Os planos devem incluir, ao menos, uma meta para cobertura de rede e acessibilidade de dados.

Isso pode fornecer objetivos concretos no decorrer da implementação do plano e permite que as partes interessadas sinalizem deficiências em sua implementação. Essas metas são cruciais para manter todas as partes interessadas envolvidas no sucesso do plano.

3

**Compromissos de financiamento:** um plano de banda larga deve conter compromissos de financiamento e uma avaliação transparente, para além de um processo de revisão, pelo menos a cada dois anos.

A implementação de planos nacionais de banda larga requer financiamento público, bem como apoio contínuo para a coleta e análise de dados que podem ser usados para medir o progresso dos planos e publicar atualizações. Sem apoio financeiro para sua implementação, os planos nacionais de banda larga não conseguem causar um impacto de longo prazo no desenvolvimento digital de um país.

O histórico de políticas e preços de banda larga nos últimos anos deixou clara a necessidade dos planos de banda larga. Os países que não contam com um plano, ou que definem um plano de maneira pouco ambiciosa, correm o risco de adiar oportunidades de crescimento digital, tanto em termos econômicos como sociais. À medida que os países procuram redefinir as suas metas de longo prazo para sua recuperação após a pandemia de Covid-19, o planejamento de políticas de banda larga deve ser uma parte central desse processo. As experiências dos 72 países estudados neste relatório fornecem evidências sobre o que os governos podem e devem fazer.